## MENSAGEM DE LEI N° 012/2019 SENHOR PRESIDENTE, SENHORES VEREADORES:

Enviamos, para apreciação desta Douta Câmara Municipal, o Projeto de Lei em anexo, que altera o pré – requisito dos cargos de Professor de Educação Infantil, Professor de Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Professor de Suporte Pedagógico do Quadro do Pessoal do Magistério Público Municipal Parte Permanente estabelecida na Lei Municipal nº 3.518/2011 em atendimento à Resolução CNE/CP Nº 001, de 15 de Maio de 2006, que estabelece diretrizes curriculares nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura.

Declaramos que a Resolução CNE/CP Nº 001, de 15 de Maio de 2006 instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia - Licenciatura, aplicando-se a formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos Iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na Modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Assim, os cursos que foram criados em instituição de educação superior, com ou sem autonomia universitária e que visem à Licenciatura para a docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, foram estruturados com base nesta Resolução, após a publicação da mesma, logo as habilitações em curso de pedagogia que existiam na época entraram em regime de extinção conforme preconiza o Artigo 10 da Resolução CNE/CP Nº1, de 15 de Maio de 2006.

Desta forma, a partir de 2006 os cursos ofertados tiveram que se adequar a citada Resolução, para tornarem-se válidos (vide Artigo 14 da Resolução CNE/CP nº 001/06).

Pelo exposto, submetemos o anexo projeto de lei à apreciação e deliberação dessa Casa de Leis, esperando que ao final venha a ser coroado com sua aprovação.

Atenciosamente,

JONES CAVAGLIERI Prefeito Municipal

## PROJETO DE LEI N.º 012, DE 22/03/2019.

MODIFICA A HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA PARA PROVIMENTO DO QUADRO DO PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL PARTE PERMANENTE DA LEI MUNICIPAL Nº 3.518/2011.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica alterado o Quadro do Pessoal do Magistério Público Municipal - Parte Permanente, para inserir os seguintes pré – requisitos:

CARGO	QUANTITATIVO	JORNADA	HABILITAÇÃO
		SEMANAL	MÍNIMA
			EXIGIDA PARA
			PROVIMENTO
PROFESSOR DE	425	25H	Licenciatura Plena
EDUCAÇÃO			em Pedagogia com
INFANTIL			habilitação em
			Educação Infantil
			OU
			Normal Superior
			com habilitação em
			Educação Infantil
			OU
			Licenciatura Plena
			em Pedagogia e Pós
			<ul> <li>graduação em</li> </ul>
			Educação Infantil
			OU
			Normal Superior e
			Pós –Graduação em
			Educação Infantil
			OU
			Licenciatura em
			Pedagogia
			amparada pela
			Resolução CNE/CP
			nº1, de 15 de maio

			de 2006.
PROFESSOR DE ENSINO	500	25H	Licenciatura Plena
FUNDAMENTAL			em Pedagogia com
– ANOS INICIAIS			habilitação para Séries Iniciais do
- ANOS INICIAIS			Ensino
			Fundamental
			OU
			Normal Superior
			com habilitação
			para Séries Iniciais
			do Ensino
			Fundamental
			OU
			Licenciatura em
			Pedagogia
			amparada pela
			Resolução CNE/CP
			nº1, de 15 de maio
			de 2006.
PROFESSOR DE	180	25H	Licenciatura Plena
SUPORTE			em Pedagogia com
PEDAGÓGICO			experiência de, no
			mínimo 02 (dois)
			anos na docência
			OU
			Curso de
			Graduação em
			Educação e Pós Graduação em
			supervisão ou
			orientação ou
			gestão ou
			administração
			escolar, com
			experiência mínima
			de, no mínimo, 02
			(dois) anos na
			docência
			OU
			Diploma de
			licenciatura em
			pedagogia nos
			termos do artigo 14
			§1º da Resolução
			CNE/CP nº 1, de 15
			de maio de 2006

	devidamente
	registrado conforme
	Art.48 da LDB,
	com experiência de,
	no mínimo 02
	(dois) anos na
	docência.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz/ES, 22 de Março de 2019.

JONES CAVAGLIERI Prefeito de Aracruz